

Os processos de mobilidade espacial dos Guarani e os desafios para as políticas públicas na região fronteiriça brasileira

Rosa Sebastiana Colman
Marta Maria do Amaral Azevedo

Como citar: COLMAN, R.; AZEVEDO, M. M. A. Os processos de mobilidade espacial dos Guarani e os desafios para as políticas públicas na região fronteiriça brasileira. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C. BAENINGER, R. (org). **Migrações: *Implicações passadas, presentes e futuras.*** Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 331-366. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-267-3>. p. 331-365



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

OS PROCESSOS DE MOBILIDADE ESPACIAL DOS GUARANI E OS DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASILEIRA

Rosa Sebastiana Colman¹

Marta Maria do Amaral Azevedo²

INTRODUÇÃO

Este estudo dá-se sobre os Guarani que residem num território que engloba o norte da Bolívia, sul e leste do Paraguai, norte da Argentina e sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Sendo, neste amplo território, que, mais ou menos delimitado, os Guarani deslocam-se e estabelecem suas relações sociais. No mapa³, a seguir, esta abrangência territorial é ilustrada:

¹ Geógrafa, Doutoranda em demografia – IFCH/UNICAMP. Email: rosacolman01@yahoo.com.br

² Antropóloga e Demógrafa, Pesquisadora do NEPO/UNICAMP. Email: martazev@uol.com.br

³ Mapa da ocupação dos Guarani na América do Sul (AZEVEDO et al., 2008). Na área demarcada, região de fronteira, foi produzido um mapa Guarani Retã, em 2008. Pretende-se agora ampliar e mapear toda a área de abrangência dos Guarani, incluir o litoral brasileiro, região ocidental do Paraguai, norte da Argentina e Bolívia.

FIGURA 1 - Localização dos Guarani na América Latina



Fonte: Azevedo et al. (2008, p.04)

Esta territorialidade guarani é denominada e compreendida, pelos mesmos, de “Ñane Retã”, que poderia ser traduzido por “Nosso Território”; neste espaço, que vivem e estabelecem as suas comunidades. O “Ñane Retã” possui significados culturais/religiosos em suas diferentes paisagens, por exemplo, no Paraguai, situa-se uma localidade com nome de “Mba’e Marangatu”, local da origem da humanidade, onde existe um morro que seria o “Umbigo do Mundo”; no litoral do Brasil, a Serra do Mar é considerada a “Coluna Vertebral” do universo (MELIÀ; GRÜNBERG, F.; GRÜNBERG, G., 1976 apud COLMAN; AZEVEDO; BRAND, 2011).

Estudos recentes indicam que os Guarani têm experimentado, pelo menos, nos últimos 30 anos, um crescimento vegetativo em torno de 3,5% ao ano. Isso é causado principalmente por altas taxas de fecundidade (número médio de filhos por mulher) e, mais recentemente, em virtude da queda nas taxas de mortalidade infantil.

TABELA 1 - Estimativas da população Guarani nos três países

<i>Países</i>	<i>1981/1985</i>	<i>1996/2000</i>	<i>2001/2005</i>
Brasil	20.000	38.000	45.787
Paraguai	17.000	25.000	42.870
Argentina	1.000	3.000	6.000
Total	38.000	66.000	94.657

Fonte: Brasil - Instituto Socioambiental; Argentina - Universidad Nacional de Misiones; Paraguay: Censos Indígenas Nacionales

No Paraguai, como se observa na tabela 1, a população guarani passou de 17 mil pessoas, em 1981, para 42.870 pessoas em 2005. No Brasil, esse aumento foi de 20 mil pessoas, em 1981, para 45.787 em 2005. Na Argentina, de mil pessoas, em 1981, a população estimada atualmente é maior do que 12 mil pessoas. Esse aumento diferenciado reflete, além do crescimento vegetativo, processos de mobilidade espacial, que são reconfigurações territoriais promovidas pelos Guarani, em conflitos constantes com os Estados nacionais.

TABELA 2 - Aumento da população Guarani no Brasil, nos últimos 30 anos⁴

<i>Período</i>	<i>População</i>
1981 – 1985	20.000
1996 – 2000	38.000
2001 – 2005	45.787
2007 – 2008	51.000

Fonte: Instituto Socioambiental e FUNASA (anos 1985, 2000, 2005 e 2008, s/p.)

É possível observar na tabela 2 que, no Brasil, os Guarani mais do que dobraram a população nos últimos 25 anos, mas este crescimento não se deve a um deslocamento populacional dos Guarani de outros países em direção ao Brasil, pois, tanto na Argentina como no Paraguai, essa população apresenta a mesma dinâmica de crescimento.

Os Guarani dividem-se em grupos que são denominados, no Brasil, Mbya, Kaiowá e Ñandeva. O grupo que tem a maior população é

⁴ As estimativas elaboradas nesta tabela foram feitas pelo Instituto Socioambiental para suas publicações “Povos Indígenas no Brasil”, utilizando fontes diversas para estruturar sua base de dados, e não incluem os Guarani residentes em áreas urbanas. As estimativas para 2007/2008 foram feitas com base em dados da Funasa e com base nas informações da pesquisa Projeto Mapa Guarani Retã, em 2008.

o Kaiowá, também, denominado Paĩ Tavyterá no Paraguai, seguido pelos Ñandeva, também, chamados Ava Guarani, e, depois, pelos Mbyá, que, no Brasil, são os únicos que não estão presentes no Mato Grosso do Sul. Os Kaiowá encontram-se somente nesse estado e no Paraguai, e os Ñandeva estão presentes nos três países. A tabela 3 diz respeito às estimativas populacionais de cada um desses grupos no Brasil, no período recente, entre 2007 e 2008⁵.

TABELA 3 - População total dos diferentes grupos Guarani no Brasil, em 2007/2008⁶

<i>População</i>	
Mbyá	7.000
Ava-Guarani Ñandeva	13.000
Paĩ Tavyterá Kaiowá	31.000
Total	51.000

Fonte: FUNASA e FUNAI (2008, s/p.)

Ao pensar em projeções populacionais, objetiva-se estimar o tamanho da população nos próximos anos. É muito difícil prever o que deve acontecer aos Guarani, pois não há informações históricas sobre a dinâmica demográfica dessa população. No entanto, é viável elaborar algumas estimativas e criar alguns cenários, a partir dos quais e em diálogo constante com as próprias comunidades guarani, será possível melhor planejar as políticas públicas para esses grupos. As estimativas de população futura dos Guarani estão em andamento, podendo-se adiantar, neste primeiro estudo, que a população, nos próximos 20 anos, duplicará com certeza, ou pelo menos aumentará bastante. A existência de *coortes* mais jovens em proporção igual a mais da metade da população total indica essa situação: 50,19% do total da população Guarani, no Brasil, têm de 0 a 14 anos, ou seja, menos de 15 anos; 41,37% têm de 15 a 49 anos, os quais pode-se inferir que são os adultos desse povo; e 8,44% são os idosos, de

⁵ Os dados da FUNASA utilizados para este trabalho trazem uma atribuição de subgrupo guarani para cada pessoa, porém essa informação tem alguns problemas nos arquivos recebidos, possivelmente, decorrente justamente da dificuldade de saber quanto à autoatribuição étnica de cada família e as subdivisões que estão em constante mudança, característica tradicional desse grupo. Os dados aqui utilizados foram produzidos pelo Projeto Mapa Guarani Retã, uma parceria entre inúmeras instituições não governamentais e universidades nos três países, Paraguai, Argentina e Brasil.

⁶ As estimativas dessa tabela foram feitas com base em dados da FUNASA.

50 e + anos. A característica principal desse tipo de estrutura etária numa população são os altos níveis de natalidade e altos níveis de mortalidade. Sabe-se, ainda, que as mortalidades infantil e geral vêm caindo, mas a fecundidade mantém-se alta.

Portanto projeta-se que, com essa estrutura etária e pressupondo certa continuidade no decréscimo dos níveis de mortalidade, a população Guarani, no Brasil, terá a evolução como ilustrada na tabela 4.

TABELA 4 - Projeção da população Guarani no Brasil

<i>Período – Ano</i>	<i>População</i>
1981 – 1985	20.000
1996 – 2000	38.000
2001 – 2005	45.787
2008	51.000
2011	55.500
2021	70.500
2031	85.500

Fonte: CIMI, FUNASA e equipe NEPI e NEPO

Essas projeções foram feitas utilizando-se o método do incremento anual de população. Esse é um método conservador, ou seja, de uma maneira geral, o resultado fica abaixo do que será observado na realidade. Os pressupostos deste método são de que a população deve ser ‘fechada’, o que significa não sofrer impactos positivos ou negativos da migração e as taxas de natalidade e mortalidade devem manter-se mais ou menos nos mesmos níveis da população base.

Nas tabelas a seguir (Tabelas 5 e 6), apresenta-se a estrutura etária da população Guarani dividida por grandes grupos de idade. Esse cálculo permite pensar numa dinâmica demográfica futura, que será a duplicação da população em um período de 15 a 20 anos.

TABELA 5 - População total Guarani no Brasil, por grandes grupos etários e sexo e proporção da população por esses grupos etários, em 2008

Grupos etários	Masc.	%Masc.	Fem.	%Fem.	Total	%Total
0 a 14	13.097	25,45	12.730	24,74	25.827	50,19
15 a 49	10.581	20,56	10.710	20,81	21.291	41,37
50 e +	2.108	4,10	2.237	4,35	4.345	8,44
Total	25.786	50,11	25.677	49,89	51.463	100,00

Fonte: Funasa (2008).

TABELA 6 - População Guarani residente no Mato Grosso do Sul, por grandes grupos etários e sexo, e proporção da população por esses grupos etários, em 2008

Grupos Etários	Masc.	%Masc.	Fem.	%Fem.	Total	%Total
0 a 14	10.700	25,51	10.513	25,07	21.213	50,58
15 a 49	8.501	20,27	8.734	20,82	17.235	41,09
50 e +	1.667	3,97	1.827	4,36	3.494	8,33
Total	20.868	49,75	21.074	50,25	41.942	100,00

Fonte: Funasa (2008).

TERRITORIALIDADE E MOBILIDADE ESPACIAL GUARANI

É importante destacar que estes dois conceitos territorialidade e mobilidade, na cosmologia guarani, são conceitos relacionados. A territorialidade guarani é compreendida aqui a partir da perspectiva Guarani, como bem descreveu Melià, F. Grünberg e G. Grünberg (1976):

Para os Kaiowá e Guarani terra/território é **Tekoha, lugar onde seja possível viver bem**. De forma ideal esse território deve possuir espaço para agricultura, criação de animais, espaço para caça e coleta e que seja preferencialmente próximo de matas e córregos. Além destes aspectos físicos existem os aspectos sócio-culturais-econômicos como a existência de grupos de famílias extensas – **Te'yi** – que se relacionam e que mantêm sua forma própria de organização política e religiosa. Sendo assim, além de uma certa quantidade de terras suficientes para a sua reprodução física e cultural, os Kaiowa e Guarani necessitam de uma boa terra, e não qualquer terra. São as terras de ocupação tradicional, onde seus antepassados foram enterrados, que contêm diferentes significados culturais para as paisagens que são as demandadas pelas

diferentes comunidades guarani do MS hoje em dia (apud COLMAN; AZEVEDO; BRAND, 2011, p. 5).

Nesse sentido, outro conceito importante no que diz respeito ao território dos Guarani é a mobilidade ou:

[...] o “Oguata” ou “Ojeguata”, que quer dizer genericamente “caminhar”. Esse conceito envolve inúmeros tipos de “Ojeguata”, sejam caminhadas para atividades produtivas, tipo coletar alguma erva ou produto que existia somente num determinado lugar, dentro do “Ñane Reta”, porém, fora do Tekoha de uma determinada comunidade; ou caminhadas para participar de atividades rituais, como era o Mitã Pepy, a iniciação masculina, ou como é ainda hoje o Avatikyry, ou batismo do milho verde, realizado por muitos Tekoha em conjunto. “Ojeguata” pode significar ainda uma visita a um parente, que pode durar de uma semana até 1 ou mais anos; ou uma caminhada em busca de trabalho e conhecimento, característica principalmente das caminhadas dos jovens. Enfim, o caminhar, o andar, faz parte do universo cultural desses povos, para inúmeras atividades tradicionais históricas e da atualidade (COLMAN; AZEVEDO; BRAND, 2011, p. 17-18).

Sob tal perspectiva, os Guarani, para Ladeira (2007, p. 38), “incluem na sua definição de povo a mensagem divina a eles revelada e por eles cumprida, de que devem procurar ‘seus verdadeiros lugares’, por meio de caminhadas (-guata), o que faz deles essencialmente passageiros, com um destino comum”.

Atualmente, há uma profunda ligação da caminhada desses povos rumo ao leste com a formação das terras indígenas já existentes e com as que estão em formação. Assim como indica o relato de um ancião guarani, colhido por Ladeira (2001, p.112):

[...] sempre, sempre foi assim, caminhando e encontrando as aldeias e os parentes e parando e trabalhando e formando outra aldeia. E antigamente, é como hoje, existia muitas aldeias, até muito mais, que a gente ia andando e encontrando. E tem aldeia que não existe mais e agora tem outras. Mas, antes, tinha mais gente, mais aldeias e parentes nos caminhos.

A questão da mobilidade guarani, conforme Ladeira (2001, p.113):

[...] permeia todas as discussões que envolvem a regularização das terras e atividades de subsistência. Também para os Guarani, mas a partir de outros critérios, os movimentos fazem parte de sua noção de mundo, estando presentes desde a sua construção. Considero que os deslocamentos (movimentos) dos Guarani podem ser de naturezas e motivos diversos mas não são antagônicos, podem ser complementares e suas causas podem estar interligadas.

Na cosmologia Mbyá, a mobilidade é mais evidente, pois a dinâmica das relações sociais está estruturada nesta prática do Oguata. Assim como relata um xamã mbya: “A gente está aqui na terra não para ficar quieto, mas para se movimentar” (CICCARONE, 2004, p.4).

A relação entre cosmologia guarani e mobilidade é descrita por Ciccarone (2004, p.4) da seguinte forma:

A forma de sua historicidade, e a rede dos significados da vida coletiva, são construídas na mobilidade, de maneira que os Mbyá mudam na persistência de seu estar em movimento. O movimento e sua produção no tempo/espaço mítico podem ser considerados um princípio regulador e propriedade constitutiva da concepção do seu universo, dos mundos e do desenvolvimento da existência humana, permeando a trama das narrativas inaugurais, assim como é, em suas formas históricas de dinamismo, que a sociedade Mbyá e seus indivíduos se reconhecem e constroem sua presença no mundo.

O tema da mobilidade Mbyá não consiste em achar um modo tradicional de vida, mas em buscar esse modo melhor em espaço e tempo diferentes dos atuais. A tradição estaria na procura em si. A autora sugere que se relativize o *tekoa* enquanto uma categoria espacial e que se entenda a realização do *tekoa* como algo que envolva certo grau de “diferenciação e individualização na vivência do próprio ‘costume’ e alterações constantes sobre o modo de vida” (PISSOLATO, 2007, p.122).

Pissolato (2007, p.123) introduz a questão das relações entre mobilidade e pessoa, passando a entender mobilidade não só como a “movimentação efetiva de grupos de parentes que se deslocam sucessivamente por lugares onde estabelecem residência, mas antes como uma capacidade

pessoal que se conquista ao longo da vida” e que de alguma forma acabam por configurar situações coletivas em tempos e lugares variados.

Para a autora, “os deslocamentos são sempre resultado entre interesses pessoais e contextos que se colocam como possibilidade de vida para o indivíduo em questão, contextos que se podem ou não ‘deixar’ ou ‘buscar’” (PISSOLATO, 2007, p. 123). É através da mudança frequente de lugar e de perspectiva que os “Mbyá apostariam na conquista de condições renovadas de continuar existindo nesta terra” (PISSOLATO, 2007, p.124).

O PROJETO OJEGUATA PORÁ⁷

A realização do projeto “Ojeguata Porá” sobre mobilidade espacial Guarani e Kaiowá deu-se na terra indígena Tè’yí Kue, localizada no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, implementado em 2008 e 2009 e buscou: a) compreender melhor a mobilidade espacial dos Guarani nas regiões fronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina, do lado brasileiro, nos estados do RS, SC, PR e MS; b) aprimorar os dados disponíveis sobre demografia guarani; c) construir uma tipologia de deslocamentos espaciais, incluindo aspectos temporais e intergeracionais; d) produzir, em parceria com os professores indígenas e pesquisadores participantes, apostilas em português e em guarani que possam ser de utilidade para as comunidades guarani e kaiowá do lado brasileiro; e) constituir um banco de dados inicial sobre população que possa ser de utilidade para pesquisadores em geral e para as comunidades guarani e kaiowá especificamente (COLMAN et al., 2010).

Segundo os autores, esta etapa de trabalho em Caarapó teve como objetivo “construir uma metodologia de pesquisa e constituir uma equipe de pesquisadores indígenas e não indígenas que possa replicar essa investigação em outras terras indígenas na região das fronteiras” (COLMAN et al., 2010, p.4).

No entendimento dos autores, é importante conhecer os dados sobre população e compreender suas trajetórias migratórias para a implementação das políticas públicas de saúde, educação, alternativas econômicas, entre outras (COLMAN et al., 2010). Nesse sentido, para os autores:

⁷ Ojeguata Porá significa “boa caminhada”, em guarani.

[...] é cada vez mais importante, e é demanda claramente formulada, que a própria população indígena, em especial as suas lideranças, professores e agentes de saúde conheçam e saibam manejar essas informações, condição para melhor fiscalizarem e participarem na implementação e controle social das políticas públicas as eles destinadas. Por isto, a ideia de fazer um trabalho de pesquisa participativa, incluindo na mesma equipe professores e pesquisadores do NEPPI/UCDB e do NEPO/Unicamp, professores e lideranças guarani e kaiowá da Escola Nãndejára Polo da TI Caarapó, para um primeiro levantamento dos diferentes tipos de mobilidade espacial de indivíduos e/ou famílias, incluindo pais e avós, filhos e filhas e netos e netas (COLMAN et al., 2010, p.4).

Os princípios que orientam essas iniciativas são, de acordo com Colman et al. (2010, p.4), “investigar e, ao mesmo tempo, com os resultados concretos que vão sendo gerados, incorporar outras e novas questões a serem investigadas, sempre tendo como referência a participação do conjunto da comunidade”.

Nesse sentido, “o processo de investigação constitui-se, também, em importante processo de tomada de posição da própria comunidade local frente aos problemas em questão” (COLMAN et al., 2010, p. 4).

Com relação à metodologia, o projeto desenvolveu-se a partir de várias reuniões e oficinas em que o tema foi discutido com professores, coordenadores e lideranças indígenas de Caarapó, no segundo semestre de 2008. “Na primeira oficina o tema genérico ‘mobilidade espacial’ foi recortado para pensar no questionário e nas preocupações mais diretas da comunidade local” (COLMAN et al., 2010, p. 4).

O fato de conhecer outras experiências e a construção coletiva do instrumento de pesquisa, o questionário, foi, conforme os autores, importante, pois permitiu errar menos. “Partimos de alguns questionários já elaborados no âmbito de outras pesquisas participativas, incluindo questionários sobre pesquisas de trajetórias migratórias. Dessa forma foi-se constituindo um questionário próprio para essa investigação” (COLMAN et al., 2010, p. 4).

E, ao longo do processo, as pessoas foram sendo motivadas e envolvidas no projeto, como pode-se perceber no detalhamento dos autores:

Após essa primeira oficina, os professores e lideranças locais conversaram e animaram alunos indígenas do Ensino Médio a participarem como pesquisadores deste trabalho. Foram realizados alguns ajustes no questionário e discutida a possibilidade das entrevistas abrangerem todos os domicílios da Terra Indígena ou restringirem-se a uma amostragem. Nessa fase do trabalho sabíamos que seria muito difícil conseguirmos visitar os cerca de 1.000 domicílios/casas existentes no âmbito de toda a terra indígena de Caarapó (COLMAN et al., 2010, p. 4).

O interessante na descrição apresentada pelos autores é a maneira como foi sendo construída esta metodologia participativa, de conversa em conversa, do jeito dos Guarani. Desta forma também se deu o envolvimento gradativo dos pesquisadores com o projeto. E seguem os autores relatando os passos seguintes:

Uma segunda oficina, realizada em março de 2009, permitiu a realização de pré-testes por parte de cada entrevistador, visitando pelo menos um domicílio. Nessa etapa do pré-teste, formamos uma pequena equipe que ficou responsável pela revisão e correção dos questionários, cuidados durante o trabalho de campo e que pudesse coordenar o recebimento dos questionários, acompanhando o número de casas/domicílios cobertas por região. Durante o pré-teste, fizemos muitos ajustes no questionário e resolvemos fazer as entrevistas por amostragem de domicílios, tentando cobrir pelo menos 40% das casas/domicílios de cada região da TI. Foi importante, ainda, discutir os principais conceitos presentes na pesquisa de domicílio, família, entre outros, que foram escritos e acordados entre todos (COLMAN et al., 2010, p. 4).

Durante a aplicação dos questionários ou realização das entrevistas, foi importante a revisão das informações em campo mesmo. Desta forma, muitas respostas que apresentavam imprecisões foram esclarecidas.

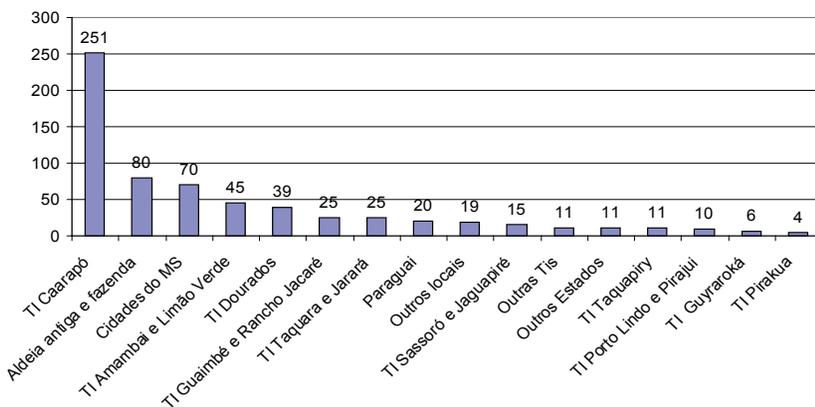
A metodologia seguida na pesquisa de Caarapó, em especial, o instrumento utilizado e as dificuldades encontradas na execução da pesquisa, foram amplamente discutidos na aldeia. Iniciou-se, efetivamente, um processo de formação de pesquisadores e gestores indígenas de projetos.

A ampla participação indígena deve ser entendida como um dos resultados mais importantes, embora não previsto, inicialmente, no projeto, pois mudanças nas políticas públicas relacionadas aos povos indígenas

dependem, fundamentalmente, do seu protagonismo. Esse comprometimento dos pesquisadores indígenas é um dos fatores que remetem para a continuidade do trabalho, em especial, a sua extensão a outras aldeias. Os jovens que participaram, diretamente, do trabalho mostraram grande interesse e entusiasmo com a realização da pesquisa (COLMAN et al., 2010).

A seguir, são expostos alguns dos primeiros resultados tabulados da pesquisa de Caarapó. O gráfico 01 mostra a quantidade de eventos de deslocamentos dos entrevistados por locais de destino. A própria aldeia/terra indígena de Caarapó aparece com a maior quantidade de deslocamentos, 251, caracterizando que os moradores vão para muitos lugares, mas voltam várias vezes para Caarapó, lugar de origem, pois a maior parte dos entrevistados é nascida nessa mesma aldeia. Existe um número expressivo de deslocamentos para aldeias antigas, que são as áreas de ocupação tradicional dos Guarani e indicam a situação de expulsão desses grupos destas aldeias, que foram destruídas e transformadas em fazendas. Os deslocamentos para fazendas e cidades têm relação direta com um dos principais motivos de mobilidade espacial, que aparece no gráfico 02, na sequência, que é a saída da aldeia em busca de trabalho. Os demais locais de destino que aparecem com maior frequência indicam que o Tekoha Guasu, que Caarapó faz parte, abrange também os Tekoha da terra indígena de Dourados e os Tekoha da Terra Indígena de Amambai.

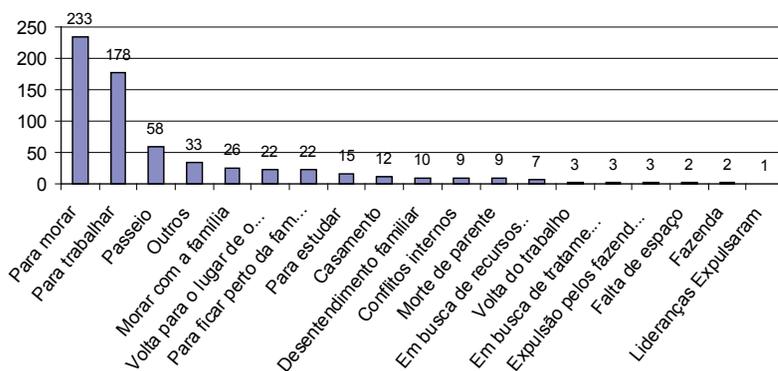
GRÁFICO 1 - Quantidade de deslocamentos dos entrevistados por local de destino



Fonte: POPMEGK2009

A partir dos meados do século 20, principalmente dos anos 60 e 70, os Guarani começam a enfrentar o fenômeno de grande concentração populacional nas reservas/terra indígena, o que força essa população a uma mudança de estilo de vida: a progressiva substituição da sobrevivência através da caça, roça, pesca e coleta pelo trabalho assalariado fora da aldeia, obrigando esses grupos a deslocarem-se por esse motivo, como está evidenciado no gráfico a seguir.

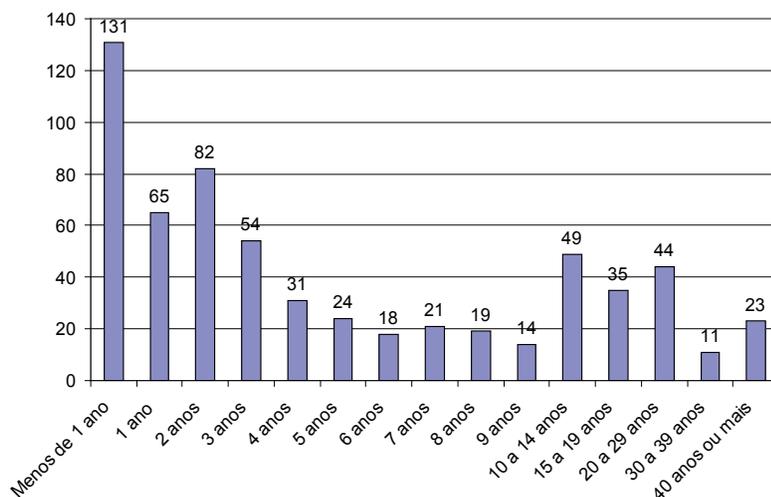
GRÁFICO 2 - Motivos de deslocamentos por entrevistados



Fonte: POPMEGK (2009).

Com relação ao tempo de permanência nos locais de destino, é possível verificar, no gráfico a seguir, três padrões de temporalidade: um de curto tempo de permanência, que vai desde menos de 1 ano até 2 anos e compõe a maioria dos deslocamentos - 278 - referidos pelos entrevistados nessa pesquisa de Caarapó. Outro padrão de deslocamento tem maior duração, de 10 anos ou mais, e perfaz o número expressivo de 162 deslocamentos referidos nesta pesquisa; são deslocamentos feitos majoritariamente por motivo de moradia, mudança para outra região; enquanto que, no padrão anterior, o motivo principal dos deslocamentos é o trabalho assalariado. O terceiro padrão de tempo de deslocamentos é de média duração e vai de 3 a 9 anos, que são motivados tanto por trabalho assalariado de maior tempo de duração quanto por visitas à família, passeios, casamento, etc.

GRÁFICO 3 - Tempo de permanência em anos dos entrevistados



Fonte: POPMEGK (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Estado brasileiro, os tipos de mobilidade espacial que se começou a analisar, conforme os exemplos descritos neste estudo, impactam diretamente na implementação dos direitos dos povos guarani relativos à documentação, educação escolar, terra e saúde. Na educação, por exemplo, muitos alunos chegam em Caarapó e solicitam o ingresso na escola, porém não trazem os papéis de transferência, ou não possuem documentação. No caso dessa escola, Ñande Jara Polo, ela tem tido o mérito de aceitar esses alunos e, posteriormente, resolver, junto com as famílias dos alunos, a situação dos documentos. Mas a dificuldade administrativa e burocrática permanece, fazendo com que muitas crianças fiquem fora da escola, infringindo os direitos fundamentais dos Guarani. Os próprios alunos e suas famílias não têm condições nem habilidades para conseguirem superar essas dificuldades. E, se a família muda-se para outro estado, ou vai para ou vem do Paraguai, essa situação agrava-se mais ainda devido à falta de documentação e por incompatibilidade dos sistemas de ensino nos estados diferentes ou entre os dois países, o que, em si, talvez não fosse problema, porque os jovens

poderiam adaptar-se, mas as equipes das escolas e da administração escolar em geral utilizam esse argumento para dificultar a matrícula de alunos novos, principalmente fora do calendário usual das mesmas.

Na área de saúde, são principalmente dois tipos de dificuldades: uma é a situação de pessoas em trânsito que não constam nos cadastros da FUNASA/SIASI e, por isso, muitas vezes, não conseguem receber tratamento de saúde, ou por não constarem no cadastro naquele polo base onde estão residindo no momento, o histórico de saúde não é conhecido pelas equipes de saúde, o que dificulta enormemente o diagnóstico e tratamento de qualquer enfermidade; outra situação diz respeito às famílias que chegam em Caarapó e demoram para conseguir a documentação pessoal e, quando precisam de serviços de saúde, não são atendidas, pois os postos de atendimento, pronto socorro e os polos-base não atendem as crianças que não apresentam o registro de nascimento.

As perspectivas de continuidade a médio e longo prazo são: Aprofundar a pesquisa em Caarapó; Replicar o questionário para outras aldeias; Disponibilizar o banco de dados nos telecentros das aldeias; Políticas públicas comuns, articuladas; Fortalecimento da articulação dos Guarani no Mercosul (outras viagens de intercâmbio, pesquisas participativas, etc.); Disponibilização das informações geradas por esse projeto e os outros articulados a ele; Seminários temáticos: saúde da mulher, educação, terra; Ampliação do mapa guarani.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. et al. *Guarani Retã*. Povos Guarani na Fronteira, Argentina, Paraguai, Brasil. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2008.
- BRIGHENTI, Clóvis Antonio. A territorialidade guarani e a ação do estado – estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Tellus*, Campo Grande, v. 6, n. 4, p. 111-135, 2004.
- CORRÊA, Ana Maria Segall et al. *Guarani: segurança alimentar e nutricional*. Estudo dos conceitos, conhecimentos e percepções sobre segurança, insegurança alimentar e fome em quatro grupos de etnia Guarani no Estado de SP - Relatório Técnico Final III. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

- COLMAN, Rosa S.; AZEVEDO, Marta M.; BRAND, Antonio. Mobilidade espacial e políticas públicas junto aos Guarani na região fronteiriça brasileira. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL 10 a 13 de julho de 2011. *Anais...* Curitiba, PR. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/9_6_2011_15_19_51.pdf>. Acesso em: 05.10.2011.
- COLMAN, Rosa Sebastiana et al. Mobilidade Espacial Guarani e Kaiowá. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu, Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_11/abep2010_2478.pdf>. Acesso em 05.10.2011.
- CICCARONE, Celeste. Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbyá. *Revista de Índias*, Espírito Santo, v. LXIV, n. 230, p. 81-96, 2004.
- LADEIRA, Maria Inês; AZANHA, Gilberto. *Os índios da Serra do Mar: a presença dos Guarani em São Paulo*. Lorena, SP: Nova Stella, 1998.
- _____. *O caminhar sob a Luz- O território Mbyá à beira do oceano*. São Paulo: Unesp, 2007.
- MELLO, Flávia. Mbyá e Chiripá: Identidades étnicas etnônimos e autodenominações entre os Guarani do Sul do Brasil. *Revista Tellus*, Campo Grande, Ano 7, n.12, abr. 2007.
- MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. *Los Pái-Tavyterã- Etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica “N.S. de la Asunción”, 1976.
- PEREIRA, Claudeni Fabiana Alves. *Tekoha Guarani no estado de SP: história e dinâmica populacional*. 2009. 21fs. Relatório de Iniciação científica (Licenciatura em Ciências Sociais) -NEPO/Unicamp, Campinas, 2009.
- NIMUENDAJÚ, Kurt Unkel. Apontamentos sobre os Guarani. Tradução e notas de Egon Schaden. *Revista do Museu Paulista*, N.S., v. VIII, p. 9-57, 1954.
- _____. *Mapa Etno-Histórico*. Brasília: IBGE, 1981.
- _____. *Textos indígenas: relatórios monografias, cartas*. São Paulo: Loyola, 1982.
- _____. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: HUCITEC & EDUSP, 1987.
- PISSOLATO, Elizabeth de Paula. *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani)*. São Paulo: UNESP, 2007.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo: Edusp, 1974.

ENCONTROS E DESENCONTROS CULTURAIS NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: BRASIL-JAPÃO¹

*Lili Kawamura*²

INTRODUÇÃO

A entrada no século 21 revelou elevada visibilidade da movimentação de pessoas, caracterizada como migrações nacionais e internacionais, crescentemente presentes nas agendas governamentais, por afetarem a governabilidade, principalmente dos lugares de destino. No caso da migração entre o Brasil e o Japão, após longos períodos de omissão governamental, foram cogitadas algumas medidas pontuais do governo japonês em regiões com alta incidência de brasileiros e medidas específicas do governo brasileiro, em situações críticas, como o acentuado retorno de migrantes ao Brasil.

¹ Texto baseado na Conferência de Abertura no I Seminário Migrações e Cultura, UNESP Marília, FFCL, 26-30 setembro 2011 e em livro da autora (em preparação).

² Socióloga (USP), Doutora em Sociologia (USP), Livre-Docente em Educação (UNICAMP) e Pós-Doutorado (Univ. Nagoya- Japão). Autora de livros e artigos sobre Migrações Internacionais: Brasil-Japão.

Atualmente, decorridos mais de 20 anos, a presença de brasileiros no Japão e o recente retorno significativo de migrantes ao Brasil destacam questões relativas não só ao mercado de trabalho, mas quanto à inserção e reinserção cultural nos espaços de destino e de partida, que afetam inclusive as relações de trabalho.

A cultura entendida, aqui, genericamente como “modos de pensar, sentir e agir”, que se especifica e diferencia conforme o âmbito da interação social (trabalho, vida cotidiana, escolar, lazer) e de classes sociais, não consiste apenas em uma abstração fixa no tempo e no espaço, mas em expressão histórica e social que move pessoas, grupos e multidões, inclusive os processos produzidos, em momentos de transformação histórica, na articulação de diferenças culturais que incluem os hibridismos culturais (BHABHA, 1998). Cultura é entendida no contexto histórico das relações sociais, modifica-se no transcorrer dos períodos históricos e se diferencia contraditoriamente conforme a posição social de classe dos agentes. Nesse enfoque, encontros e desencontros culturais expressam-se em níveis de profundidade variados e de formas contraditórias conforme a inserção social nos diferentes estratos e classes da sociedade. Nessa abordagem, os migrantes entram no país de destino levando um *background* cultural diferenciado, sem aquela equivocada homogeneidade esperada pelos empregadores japoneses, que consideram descendentes de imigrantes japoneses portadores dos padrões culturais nipônicos, mesmo que de segunda categoria.

Apesar da diversidade cultural nipo-brasileira há mais de um século no Brasil, esses grupos são ainda considerados “japoneses”, com base na ótica enviesada e simplista no senso comum dos brasileiros, sobre a identidade nipônica “homogeneizada” da população japonesa. O desconhecido é visto com a lente das ideias preconcebidas, passadas de gerações a gerações na população brasileira e latino-americana.

A entrada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil sofreu dificuldades pelas propostas do governo e da elite cafeeira em “branquear” a população, o que se acirrou com a II Guerra Mundial, quando o Japão foi visto como inimigo, por estar integrado ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) (DEZEM, 2005). Por sua vez, o choque cultural e o isolamento social colocaram os imigrantes em situação defensiva em relação à população

local, que era vista, por aqueles, como *gaijin* (estrangeiro) e com as ideias preconcebidas que acompanhavam o termo.

A diversificação da vivência dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, por um século, na perspectiva de crescente ocidentalização cultural, teve uma revirada com a busca de trabalhadores descendentes de japoneses por empresários do Japão, com implicações sociais, culturais e econômicas para esses migrantes e seu entorno no Japão e no Brasil.

Ao migrarem para o Japão com o propósito primeiro de entrada no mercado de trabalho, os trabalhadores nipo-brasileiros levam consigo um *background* cultural da vivência no Brasil, bem diferente dos padrões culturais do Japão moderno, o que interfere profundamente na vivência no país de destino, nas diferentes áreas de inserção social. Com isso, deseja-se ressaltar a importância da instância cultural nas transformações do movimento migratório internacional, em particular, entre o Brasil e o Japão.

Neste estudo, pretende-se discorrer sobre as mudanças culturais no processo migratório considerando o *background* cultural dos migrantes, as formas de inserção cultural na sociedade de destino, as redes culturais que (des)conectam os envolvidos na migração, a ideia de transitoriedade na migração e as perspectivas culturais no processo migratório.

***BACKGROUND* CULTURAL**

Embora os brasileiros tenham migrado para o Japão tendo em vista o mercado de trabalho, levam consigo um *background* cultural da vivência no Brasil bem diferente dos padrões culturais do Japão moderno, que interferem constantemente na vivência no país de destino, nas diferentes áreas de inserção social.

A herança cultural da população migrante *nikkey* (descendentes de japoneses nascidos fora do Japão) expressa uma dupla influência cultural: na convivência com familiares ou vizinhos imigrantes japoneses e no processo de formação cultural dentro da sociedade brasileira. A variedade cultural dos imigrantes e a diferenciação na inserção social no Brasil

resultaram formas culturais diversas na própria população *nikkey*, vistas como homogêneas por outros grupos de brasileiros, também de diferentes origens étnicas e culturais. O acentuado fenótipo asiático, principalmente quando os imigrantes japoneses e seus descendentes viviam em grupos “fechados”, com a intenção de voltar ao país de origem, provocou preconceitos e discriminações agravadas pelo histórico fechamento da sociedade brasileira em relação aos povos “coloridos”, que poderiam manchar o propósito de branqueamento da população (DEZEM, 2005). Essa especificidade na formação cultural dos *nikkey*, aliada ao fenótipo asiático, levou à discriminação por brasileiros de outras origens, que os consideravam “japoneses”, no sentido de “outros”, “diferentes” e *outsiders* da sociedade brasileira, até recentemente, principalmente em regiões com pouca incidência de descendentes de japoneses, o que dificultou o processo de integração e assimilação de vários grupos na sociedade abrangente. De sua parte, os tradicionais imigrantes japoneses, vivendo em núcleos próprios, situavam os brasileiros e outros imigrantes (italianos, alemães, portugueses) como *gaijin* (estrangeiro), no país onde efetivamente eles eram estrangeiros. São significativas as associações, ocorrendo por meio de clubes e outras entidades criadas por imigrantes e descendentes para as diversas atividades esportivas, culturais e de lazer, onde, no passado, dificilmente, eram admitidos brasileiros de outras origens (CARDOSO, 1959). Contudo, as gerações mais jovens de descendentes de imigrantes japoneses apresentaram maior propensão a integrarem-se na sociedade brasileira, distanciando-se dos padrões culturais dos ancestrais, embora também formassem grupos com códigos e condutas próprias igualmente a outros grupos jovens em torno de interesses específicos, como as “tribos” de *cosplay*, times de judô e beisebol.

A imagem de país avançado e moderno, enquanto segunda potência mundial - posição hoje ocupada pela China - e associada às novas tecnologias, possibilitou uma reavaliação pelas sociedades ocidentais sobre a importância econômica e tecnológica da sociedade japonesa. Hoje, a crescente influência dos padrões organizacionais no mundo empresarial e da cultura *pop* (*mangás*, *animes*, música), aparelhos e brinquedos tecnológicos sobre a mídia, crianças e jovens do mundo, vem redirecionando essa população brasileira para valores, princípios, comportamentos e atitudes neles embutidos, diminuindo, nesse

aspecto, a diferenciação cultural entre os jovens nipo-brasileiros e os não descendentes (LUYTEN, 2005; SATO, 2007).

Contudo as influências da tradicional cultura trazida por imigrantes ao Brasil (também ao Peru e, em menor escala, para Bolívia e Argentina) atingiram a população *nikkey* de modo diferenciado, conforme o local (rural/urbano; metrópole/cidades interioranas; núcleos de concentração da população *nikkey*) e de acordo com a posição econômico-social no país de destino. Além disso, a própria cultura tradicional já vinha ao Brasil de forma variada conforme a região de procedência no Japão. Evidentemente, os princípios, valores, festividades e o idioma dos imigrantes nipônicos tinham a mesma base histórica, com influências confucianas ou religiosas (budista, shintoísta, messiânica, etc.); o que variava era a *força* da manutenção da tradição na família, comunidade e outros grupos associativos e a forma de inserção dos descendentes na sociedade brasileira (PEREIRA, 1992).

Preservar a cultura japonesa era fundamental para os imigrantes à medida que acalentavam o objetivo do retorno. O desejo de educar os filhos nos costumes e valores trazidos do Japão tradicional foi arrefecendo-se conforme as condições sociais e políticas colocavam obstáculos ao desenvolvimento de atividades da tradição nipônica (HANDA, 1980; BASSANEZZI, 1995). A política de formação cultural nacionalista para o Brasil, sob os governos de Getúlio Vargas, ao proibir atividades específicas de estrangeiros em sentido inverso no país, reorientou a formação de considerável proporção dos descendentes de japoneses no Brasil para sua inserção na cultura nacional, como ocorria com imigrantes de outras origens. Essa situação compulsória de inserção exclusivamente na cultura local veio reformular a ideia do retorno ao país do sol nascente influenciando na permanência no país, o que se acentuou com a II Guerra Mundial (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Dentre as várias estratégias de fixação no Brasil, destaca-se a busca por formação universitária para os filhos e netos, facilitada pela expansão do ensino superior a partir dos anos 1960. O interesse por conceituadas universidades, levando jovens nipo-brasileiros a migrarem para as grandes cidades, acelera a diferenciação entre a formação cultural dos *nikkey*, que, ao mergulharem na cultura universitária, recebem novas influências

culturais metropolitanas. Os que permanecem em seus núcleos nas cidades interioranas e até mesmo na zona rural mantêm uma forte influência da tradicional cultura japonesa trazida pelos imigrantes. Uma importante estratégia de disseminação da tradicional cultura dos imigrantes foi a expansão de associações culturais e esportivas, escolas de língua japonesa e de artes marciais em cidades, onde se concentram os nipo-brasileiros, mostrando a preocupação pela permanência da cultura tradicional e das relações com o Japão, presente nas comemorações das tradicionais festividades do país de origem (CARDOSO, 1973). Por sua vez, é cada vez mais visível a miscigenação e suas consequências culturais.

No contexto de vivência simultânea numa cultura específica e na cultura da sociedade abrangente, os grupos minoritários manifestam características culturais variadas, conforme a intensidade e a natureza de sua imersão em ambas as culturas e sua posição econômico-social. A própria posição econômica e tecnológica destacada do Japão no cenário internacional, bem como a difusão da moderna cultura *pop* nipônica em várias regiões do mundo, expressa uma influência valorizada que se estende aos brasileiros descendentes de outras nacionalidades. A complexidade das relações entre esses grupos minoritários e a população abrangente faz emergirem novas relações fluídas e flexíveis, bem diferentes das relações definidas e controladas predominantes nos padrões da tradicional cultura japonesa. Nesse sentido, pode-se apontar que os descendentes dos imigrantes nipônicos se apresentam hoje imbuídos de diferentes formas culturais que se alteram continuamente com a maior ou menor imersão na cultura abrangente e global.

MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS FORMAS CULTURAIS

É necessário entender as mudanças culturais desde o início do processo migratório (final dos anos 1980) até hoje, associadas aos diferentes grupos de migrantes, sejam os japoneses retornados, os seus filhos (*nissei*), os netos (*sansei*), os mestiços, os cônjuges não descendentes e os filhos nascidos e/ou educados no Japão. Essa variedade manifesta também uma diversidade cultural dentre os grupos e de acordo com o período da migração, contrariando a equivocada visão do governo e

empresários japoneses de que os *nikkey* seriam uma “réplica” provinciana dos nipônicos do Japão.

A maioria dos trabalhadores destinava-se a laborar em fábricas e ocupar postos de trabalhos pesados, sujos e perigosos (3Ks), funções rejeitadas por trabalhadores japoneses. Independentemente de sua situação escolar e profissional anterior, no Brasil, os trabalhadores nipo-brasileiros situavam-se na mesma condição social, isto é, nos estratos inferiores da sociedade nipônica. A diversidade cultural dos migrantes foi substituída por uma aparente homogeneização com base na natureza do trabalho, em funções desqualificadas, identidade assumida pelos próprios migrantes.

No entanto a expressão do complexo *background* cultural dos brasileiros no Japão, apesar do acentuado controle social da sociedade local, teve consequências conflituosas em vista da acentuada divergência entre comportamentos, condutas e valores de ambas as culturas no processo de trabalho, na vida cotidiana, nas escolas e em situações de lazer. Grupos locais diretamente ligados aos migrantes utilizavam formas de controle persuasivas, além da força, buscando premiar os que adotavam as regras, condutas e valores da atual sociedade japonesa, no sentido de valorizar a “japonização” dos estrangeiros e, em consequência, punir ou ignorar os “dissidentes”, principalmente com a ocorrência de implicações nos espaços da população local. Por exemplo, o costume de jovens brasileiros de conversar em grupos, em voz alta, nas esquinas ou ouvir música em volume alto até tarde da noite, era visto como “arruaça” pelo entorno japonês, que acionava a polícia. As diferenças de olhar sobre a mesma situação, em vista do desconhecimento mútuo dos códigos culturais, provocam desentendimentos, desencontros e conflitos (KAWAMURA, 2003).

As dificuldades na comunicação entre migrantes e japoneses acentuam-se com o desconhecimento do idioma e dos códigos culturais do Japão atual. Aspectos da cultura e da língua, herdados de seus antecessores no Brasil (Peru ou outro país latino-americano), não são suficientes para a interação com o entorno nipônico. Além disso, o histórico isolamento cultural do Japão em relação ao Ocidente e a posição social ocupada pelos migrantes nipo-brasileiros nos escalões mais baixos da sociedade vêm reforçar o distanciamento entre ambos os grupos.

Mudanças nas condições de expressão cultural dos migrantes no Japão decorrem das novas condições de trabalho e de vivência como o crescimento do mercado de consumo de brasileiros que possibilita a expansão de proprietários de empresas comerciais e de serviços voltados especificamente para os patrícios (restaurantes, bares, açougues, cabeleireiros, serviços de viagens, de mudanças), chegando a constituírem *shopping centers*, que se instalam em diferentes regiões com alta densidade de brasileiros.

O desenvolvimento de atividades voltadas ao mercado brasileiro e latino-americano no Japão, em áreas de concentração de migrantes brasileiros, e a constituição de espaços próprios de vivência definem um local de interação social entre si, sem a interferência da sociedade mais ampla, com relativa liberdade para expressões através dos códigos e valores trazidos do país de origem, sem sofrer sanções morais e até policiais ocorridas anteriormente nos ambientes dos moradores locais. Ao se constituírem em infraestrutura material, social e cultural, os espaços brasileiros significam local de segurança, comunicabilidade, solidariedade, competitividade e conflitos entre os migrantes. O autoconfinamento dos migrantes permite reforçar a interação entre os pares e fortalecer os códigos culturais próprios, o que possibilita atenuar desavenças entre migrantes e a população local à medida que as manifestações de comportamento e atitudes dos migrantes permanecem confinadas aos núcleos de vivência dos migrantes brasileiros. Assim, se de um lado, os espaços próprios possibilitam maior interação entre os migrantes, recriando seus valores, condutas, comportamentos e festas folclóricas brasileiras; por outro lado, fortalecem o hiato entre estes núcleos e o entorno japonês.

A parte empresarial e privilegiada dos brasileiros, embora reduzida, vem apresentando visibilidade crescente, principalmente por empregar seus patrícios e também japoneses, bem como transformar pequenos estabelecimentos tradicionais japoneses em pequenas empresas prestadoras de serviços técnicos ao mercado latino-americano no Japão. Esse segmento passa a obter poder econômico, social e cultural na condição de comerciantes, pequenos industriais, serviços profissionais, de educação e comunicação, assim, possibilitando adotar estilos de vida mais sofisticados, usufruindo bens materiais e culturais, diversão e

escolarização fora do alcance da maioria dos migrantes. Dentre a maioria de trabalhadores braçais, em serviços rejeitados pelos nativos, aumenta a proporção de desempregados, subempregados, sem documentos e os denominados *homeless* (sem casa) vivendo embaixo de pontes, em veículos e casas de amigos. Esses migrantes, crianças e jovens excluídos das escolas e vivendo nas ruas compõem a parcela marginalizada dos migrantes. A desigualdade que se instala dentre os migrantes estabelece uma diferença quanto ao acesso aos aparatos materiais e culturais, escolas privadas brasileiras e estilos de vida. Ideias, valores e comportamentos diversos entre ambos os grupos afetam diferentemente a organização e funcionamento familiar, educação dos filhos, conduta perante o trabalho e a sociedade (KAWAMURA, 2003).

De modo geral, as influências recebidas pelos migrantes na interação, muitas vezes, compulsória com a população local, nos espaços japoneses de trabalho, escola, consumo e lazer são filtradas pela ótica cultural própria (brasileira, peruana, boliviana ou argentina) e amalgamadas aos padrões culturais trazidos de seus países de origem, dessa maneira, recriando, no Japão, novas formas culturais que passam a se incorporar no cotidiano dos migrantes. As expressões miscigenadas na postura corporal, na linguagem, na música e na culinária atualizam-se continuamente, conforme ocorram mudanças nas condições de trabalho e vivência, evidentemente de modo diferenciado entre os grupos privilegiados e os excluídos. A afirmação da identidade na migração busca ainda a valorização exagerada de aspectos culturais considerados específicos ao país de origem, como o carnaval, a feijoada, o samba, a bossa nova e o futebol no Brasil, mesmo que não estivessem na prática usual dos migrantes, anteriormente, em sua terra natal. Estes últimos elementos constituem também parte das novas formas culturais conforme se adaptam às novas condições de tempo e espaço.

As novas formas culturais podem compreender elementos culturais trazidos do país de origem e reeditados com influências do atual contexto social e cultural no Japão. Desse modo, não se constituem em uma réplica da cultura brasileira nem uma reedição da cultura japonesa. Os novos códigos culturais passam a fazer parte do senso comum dos migrantes e são disseminados para os vários núcleos de brasileiros no Japão

e destes para os grupos conectados no Brasil. Essa especificidade cultural ao facilitar a comunicabilidade entre os próprios migrantes pode trazer um distanciamento entre estes e o entorno local, bem como entre eles e a sociedade brasileira, onde podem sentir-se “estrangeiros”, em seu retorno.

REDES SOCIAIS E CULTURAIS

A expansão do mercado voltado para os migrantes reflete a necessidade de conexões entre os diversos espaços brasileiros espalhados pelo Japão, formando redes sociais e culturais através das quais se movimentam mercadorias, serviços e pessoas. A formação de redes (CASTELLS, 2008) atende aos interesses econômicos, sociais, culturais e emocionais dos núcleos de migrantes e se estende ao Brasil com o intuito de criar canais para fomento ou mercado consumidor de bens materiais ou culturais e serviços. As redes formais criadas ou reorientadas especificamente para os fins e interesses da migração (econômicos, escolares, midiáticos e turísticos), ao lado das tradicionais redes informais baseadas nas relações familiares e de amizade, compõem as redes migratórias (KAWAMURA, 2003; 2011). Estas redes compreendem, portanto, as conexões entre grupos sociais formados por migrantes e grupos sociais novos ou reorganizados com fins voltados às atividades dos migrantes. O caráter flexível, dinâmico e provisório das redes sociais e culturais, principalmente em razão das crises pelas quais passa o Japão, em decorrência de terremotos, ‘*tsunamis*’ e problemas econômicos, expressa-se no desaparecimento e surgimento de novas conexões, além de funções complementares alheias aos migrantes.

Desde o início da migração, as redes informais (famílias, amigos e vizinhanças) foram importantes na estratégia migratória (SASAKI, 2003), especialmente, entre os países de origem e o Japão, além de incipientes redes formais, como empreiteiras, denominadas “*broka*” (*broker*), para serviços de recrutamento, seleção e intermediação de trabalhadores nos países fornecedores de mão de obra. Internamente, os vínculos entre os grupos migrantes eram feitos por vendedores ambulantes de produtos, ONGs, grupos religiosos, alguns poucos bancos oficiais e órgãos oficiais de representação diplomática, que foram gradativamente substituídos por casas comerciais, empresas de serviços técnicos e *shopping centers* brasileiros.

As atuais redes formais acompanham as atividades comerciais, produtivas, de assistência técnica (técnicos de manutenção de equipamentos de informática), programas escolares, turismo e transporte e redes de comunicação (jornais, revistas, TV e *internet*), conectando entre si os mercados dispersos de migrantes no Japão e os que se estendem para o Brasil e outros países. Constituem redes de empreendimentos de dimensões variadas, muitas delas terceirizadas, que conectam empreendimentos entre dois ou mais lugares, complementando suas funções reciprocamente, como aquisição de produtos, equipamentos e matérias-primas para produtos e serviços de comunicação, informática e educação.

As dificuldades de inserção dos filhos de migrantes no sistema escolar japonês, voltado exclusivamente para a educação japonesa, abriram espaço para a instalação de escolas brasileiras em locais de alta concentração de brasileiros. Da mesma forma que a escola japonesa não se encontra ainda preparada para a escolarização de estrangeiros à medida que busca a “japonização” dos estudantes, reforçada pela própria formação nacionalista do corpo docente e diretivo, a escola brasileira segue basicamente o sistema de ensino do Brasil, dificultando a inserção das crianças e dos jovens na sociedade japonesa, em particular para prosseguir os estudos no sistema educacional local.

A formação ministrada por escolas brasileiras, além do alto custo para os migrantes brasileiros, orienta-se quase exclusivamente para a vivência no Brasil, embora haja uma grande diferença entre as escolas, seja na dimensão, na organização, no conteúdo e no corpo docente. A instalação de filiais de grandes empresas educacionais, em fins dos anos 1990, deu maior visibilidade à educação brasileira no Japão. Estas escolas foram favorecidas pela mudança da legislação educacional brasileira em 1995, que passou a permitir uma ampla flexibilidade de decisões no processo escolar, o que possibilitou aos estudantes maiores facilidades para obter a convalidação, junto às autoridades brasileiras, da escolarização realizada nessas escolas (UDEMO, 1997).

Apesar do baixo custo das escolas nipônicas, o desafio das regras disciplinares, o conteúdo ministrado exclusivamente na língua local e os desencontros culturais entre estudantes migrantes e os alunos japoneses dificultavam a adequada inserção escolar dos estudantes brasileiros,

peruanos e outros latino-americanos. Medidas paliativas foram adotadas, desde o início da presença significativa de crianças e jovens migrantes em escolas locais, como identificar os setores da escola, contratar intérpretes como mediadores entre os alunos, a escola e os pais, até que os estudantes pudessem inserir-se adequadamente no sistema de ensino japonês. Atualmente, o governo local busca “treinar” docentes em escolas com presença elevada de brasileiros e peruanos, enviando-os inclusive para estágios no Brasil.

A diversificação escolar brasileira no Japão passa a exigir material didático, recursos materiais e docentes qualificados, levando à formação de filiais de apoio e fornecedores de material didático e profissionais no Brasil. As filiais e as matrizes das empresas escolares, em conexão com as escolas brasileiras no Japão, formam redes para desenvolver atividades didáticas e pedagógicas, interação potencializada pelas novas tecnologias, especialmente *internet*. No entanto, as dificuldades de capacitação de professores e demais profissionais de educação, dificilmente, serão sanadas apenas com a instalação de redes educacionais, sem a busca de novos conteúdos para a formação de crianças e jovens vivendo simultaneamente em duas ou mais culturas (KAWAMURA, 1998).

De modo diferente do passado, quando os migrantes viviam isolados uns dos outros e com dificuldades de interagir com os familiares no Brasil, hoje, as facilidades de comunicação e acesso às informações sobre o país de origem e o mundo, disponibilizadas pela *internet*, TV e outros meios midiáticos, permitem aos migrantes informar-se, pelo menos, sobre as mudanças em seu país e no Japão. Na atualidade, dois conhecidos periódicos brasileiros têm de disputar o mercado com as novas formas de comunicação e informação, principalmente *internet*, além do fato de os jornais e revistas continuamente serem substituídos por novas publicações locais com conteúdos ligados à publicidade ou notícias específicas aos migrantes (FERREIRA, 2008).

Atualmente, *internet* e TV (noticiário, novelas, dramas e *shows*) constituem os principais meios de informação e formação cultural dos migrantes brasileiros, ao lado das escolas, no caso das crianças e jovens. Diversamente do passado, a possibilidade de acessar meios de comunicação no idioma e nos padrões culturais conhecidos dá aos brasileiros a ideia

e o sentimento de viverem em um âmbito familiarizado, conhecido e seguro, utilizando-se de códigos usuais dentro do entorno estrangeiro e desconhecido. Em momentos críticos e emergenciais, como na ocorrência do tsunâmi, os migrantes têm recorrido aos meios tecnológicos de comunicação, em particular *internet*, para auxiliar nas buscas de migrantes desaparecidos e informar os familiares a respeito. Os acontecimentos mundiais estão ao alcance, principalmente dos jovens migrantes, através da *internet*, como ocorre em todo o mundo, inclusive na organização de movimentos sociais, como na “Primavera Árabe”, movimentos sociais em países europeus e nos Estados Unidos.

Usualmente, os imigrantes latino-americanos dependem fortemente dos laços familiares, religiosos e de amizade, particularmente, em momentos críticos da vivência. Famílias, amigos e vizinhos são considerados importante suporte de assistência mútua em casos de necessidade financeira, de moradia, de procura de emprego, enfermidade, atenção aos dependentes e apoio psicológico/emocional (GALIMBERTTI, 2002). Nessas relações, tem se destacado o papel das mulheres no cuidado dos interesses dos migrantes em ambos os países.

Principalmente no início da migração, foi fundamental o papel das redes informais, apesar de sua reduzida visibilidade, através das famílias, amigos e vizinhos na (sobre)vivência e definição de estratégias migratórias e familiares, no sentido de “administrar” a educação dos filhos e bens deixados no país de origem. Desse modo, o desmembramento familiar passa a exigir negociações para a reorganização dos papéis sociais de cada membro, contrariando inclusive os costumes tradicionalmente adotados, trazendo ainda problemas psicológicos, sociais e culturais. Segundo os valores tradicionais trazidos pelos imigrantes japoneses, os filhos, particularmente, o mais velho (*chonon*), teriam a obrigação de cuidar dos pais em idade avançada; no entanto, com a migração, vem ocorrendo o contrário, os avós cuidam dos netos e bens deixados pelos filhos migrantes. Portanto, as redes informais conectam famílias espacialmente separadas entre o país de origem e o de destino, reformulando suas funções e posições na interação social. A função de suporte das redes informais ocorre também nas várias regiões do Japão, especialmente em momentos de crise por desemprego,

depressão, solidão e outras enfermidades, além do papel de promover eventos e festividades relativos à cultura valorizada pelos migrantes.

Cabe destacar que as condições da nova vida na migração colocam situações que alteram o caráter de família e os valores a ela associados, decorrentes da ausência dos filhos, da vida estressante e cheia de desafios para enfrentar as novas situações e cobranças em uma cultura muito diferente. Separações de casais, formação de novos pares, vivência solitária, filhos nascidos no Japão, filhos formados na cultura japonesa desde tenra idade, crianças e jovens fora da escola, às vezes, integrando gangues, etc. indicam novas formas de organização familiar, que se distanciam da família tradicionalmente valorizada por seus ancestrais imigrantes e pelo senso comum no Brasil (TANAKA, 2008). Essas mudanças influem na formação de redes informais que passam a se constituir sob novas formas culturais, em vista dos desafios postos por essas e outras questões de (sobre) vivência dos migrantes.

PERMANÊNCIA E MOVIMENTO: IDEIA DE TRANSITORIEDADE

Desde o início da migração, os brasileiros recrutados para trabalhar no mercado japonês foram formalmente empregados como trabalhadores temporários, o que significa tanto para o país receptor quanto ao fornecedor da mão de obra, uma vivência transitória enquanto migrante internacional. A ideia de vivência provisória fica claramente definida nas perspectivas da vida migrante (SAYAD, 2000).

A experiência no trabalho, na vida cotidiana ou na escola está pautada pela temporalidade da vivência dos migrantes no Japão, conquanto, em função da necessidade empresarial, a renovação do trabalho temporário apresenta perspectivas de permanência. No entanto, em períodos críticos e catastróficos para o Japão, os primeiros trabalhadores a serem retirados do processo de trabalho são os migrantes, o que reforça a ideia de transitoriedade.

Todavia a formação de núcleos brasileiros constituindo-se em infraestrutura que facilita a vivência cotidiana, com disponibilidade de produtos, serviços de informação e comunicação, escolas, restaurantes, bares, diversão e *shopping centers* brasileiros, onde os migrantes podem

expressar-se através de padrões culturais próprios, favorecem a permanência no país de destino. O desenvolvimento de redes migratórias entre os espaços brasileiros e os grupos nos países de origem, bem como as articulações entre os núcleos espalhados no Japão, possibilitam um intenso movimento ao lado de uma solidificação dos núcleos e as condições de permanência. A paradoxal dinâmica do movimento e permanência desestrutura e reestrutura vivências, relações familiares, vínculos de amizade e de vizinhança, criando novas formas de pensar, sentir e agir, com base nas influências recebidas do entorno japonês.

As novas formas culturais adotadas pelos migrantes, mediante a miscigenação de aspectos da cultura local com os padrões trazidos de sua terra de origem, não fazem parte nem da cultura local nem da cultura do país de origem, dando aos seus portadores uma especificidade na formação cultural, que poderia facilitar sua inserção em ambas as sociedades (CANCLINI, 1998). Mesmo as festas folclóricas que identificam o Brasil internacionalmente são adaptadas conforme as condições propícias localmente dadas. Muitas vezes, os migrantes recriam festas folclóricas, carnaval e culinária que não faziam parte de seu dia a dia no Brasil, demonstrando a necessidade de se sentirem incluídos na cultura de seu país de origem, por eles valorizada à distância, em busca de uma identidade própria em uma terra estranha. Contudo esses novos elementos podem distanciar os migrantes do país de destino, onde são ainda considerados “estranhos”, bem como do país de origem, onde os próprios migrantes retornados sentem o estranhamento e desenraizamento, levando à sensação de temporalidade para o próprio país de origem.

Embora cada vez mais pessoas incorporem aspectos da cultura global disseminados no mundo, através da mídia, *internet* e outros meios internacionais de comunicação e informação (LATOUCHE, 1994; MATTELARD, 1994; CHESNEAUX, 1995; LYOTARD, s/d) com a possibilidade de comunicar-se em linguagem e estilos de vida comuns, ao transitar na cultura global em hotéis multinacionais, *shopping centers*, *megashows* e *disneyworlds* (FEATHERSTONE, 1995), ainda, grande parte da população vive sob relações e valores tradicionais e nacionalistas, recebidos por meio de escolas, família e religião (OKAMOTO, 1992).

Entrevistas realizadas com moradores japoneses³ em *Oizumi* e *Hamamatsu*, cidades com alta incidência de brasileiros, revelam desconhecimento e desinteresse pelos vizinhos brasileiros, considerando-os grupos exóticos, perigosos e transitórios. Além do estranhamento em relação aos núcleos migrantes, também a população local expressa a ideia da transitoriedade dos grupos latino-americanos, fato que dificulta mais ainda a aproximação entre ambos os grupos.

Os espaços tipicamente brasileiros foram se estreitando, com um fortalecimento da interação com os patrícios no Japão e no Brasil, mas com reduzidos vínculos com o entorno nipônico, acentuando mais ainda o hiato entre os núcleos imigrantes e a sociedade nipônica. Em épocas de profundas crises como a atual, há um dinamismo maior na interação espacial dos migrantes entre os vários núcleos de brasileiros espalhados pelo Japão, conexão que se estende ao Brasil e outros países asiáticos, para onde se dirigem os brasileiros em busca de novas oportunidades de trabalho, principalmente considerando-se a migração de empresas japonesas para os países vizinhos, com vistas a diminuir custos. Essa dinâmica reforça os vínculos em redes migratórias que, por sua vez, fortalecem o papel dos núcleos de migrantes enquanto “porto seguro” para os “navegantes” e, especialmente, para os “náufragos”, levando paradoxalmente ao aumento do movimento para fora desses espaços migrantes, no sentido de “ir e vir”, sem, no entanto, significar a extinção dos mesmos.

Além da atração pela infraestrutura brasileira, o crescente número de filhos nascidos e/ou educados no Japão, imbuídos da cultura nipônica e distantes do modo de vida no Brasil, condições favoráveis de trabalho e dificuldades de reinserção econômica e cultural no país de origem, levam grupos de migrantes a optarem pela permanência no país de destino. Mesmo as dificuldades pelas quais passa o Japão, pela crise econômica e tsunami, os migrantes latino-americanos que retornam em massa para seus países buscam o retorno ao Japão, a despeito do interesse deste país em sua saída, dificultando o retorno com exigências severas de qualificação e de conhecimento do idioma.

³ Entrevistas realizadas em cidades com concentração de brasileiros no Japão, em pesquisa junto à Universidade de Tsukuba, Japão, como professora-visitante no Master Program in Latin American Studies, 1997-2000 e entrevistas realizadas em Projeto sobre Redes Sociais e Culturais de Migrantes Brasileiros na Rota Brasil-Japão, apoio Fundação Japão, 2001.

A instabilidade da vivência entre os países envolvidos na migração reacende a postura que continuamente vem acompanhando os migrantes, adotando a ideia de transitoriedade que caracteriza o processo migratório. Grande parte dos migrantes adota a ideia de “estar em trânsito” em sua vivência como migrante no Japão e tende a idealizar a volta para o Brasil, onde seus problemas, ansiedades, objetivos e sonhos poderiam ser concretizados. Essa ideia de transitoriedade persiste, ao adiar para um futuro “próximo”, os propósitos e as atividades considerados importantes, mas não prementes, como a educação dos filhos, a formação cultural, a qualidade de vida e a busca de algo subjetivo como “ser feliz”. Como afirma o filósofo francês Luc Ferry⁴, no mundo de hoje, há uma tendência das pessoas, em vista da valorização do planejamento racional com vistas a fins, viverem recordando o “passado” e planejando o “futuro”. No entanto, ambos os momentos não existem no presente. Na migração, “ir e vir” significa viver em trânsito e simultaneamente em dois ou mais lugares, isto é, “estar e não estar” no espaço e no tempo presente. O modo de viver dos migrantes parece orientar-se por uma visão transitória do trabalho, em geral, temporário e precário, das relações familiares e de amizade, em constante desarticulação e rearticulação em novas formas e pelo desejo de retorno ao país de origem. A ânsia por “juntar dinheiro”, em determinado tempo, no país de destino, para ter uma “vida feliz” em seu país de origem, direciona parte dos migrantes a concentrar-se no trabalho em detrimento da vida social, cultural e psicológica, o que pode gerar consequências prejudiciais, em particular aos filhos. Por sua vez, a disposição de querer aproveitar, ao máximo, o tempo no Japão, para consumir e divertir-se antes do retorno ao Brasil, manifesta também a ideia da transitoriedade de sua vivência atual, deixando para o futuro qualquer plano de longo e médio prazo. Em uma ou outra situação, a ideia de transitoriedade, temporalidade e adiamento dos objetivos, sonhos e qualidade de vida em “um outro lugar” está presente no imaginário da maioria dos migrantes, constituindo-se em parte intrínseca do processo migratório. Essa perspectiva é condizente com a vivência no mundo de hoje, onde as relações sociais, os objetivos, as condutas e os valores acompanham a dinâmica acelerada das transformações das condições de existência e se torna fácil destacar ou

⁴ Palestra no dia 28 setembro de 2011, na Casa São Paulo, S. Paulo, Fronteiras do Pensamento.

deletar aqueles vínculos e propósitos em um mundo no qual o descartável adquire crescente força (BAUMAN, 2011).

O almejado retorno ao país de origem pode dissipar os sonhos e as lembranças saudosas dos migrantes em face da realidade “presente”, em que as alegrias da volta e o reencontro com familiares e amigos mesclam-se com a dura realidade da busca de alternativas de vivência. Os objetivos, sonhos e atividades não realizáveis no retorno passam a ser novamente adiados para uma possível volta ao Japão, lugar que passa a ser idealizado como possibilidade alternativa de vida para a realização de seus propósitos não realizados no Brasil. Também no país de origem, a ideia de temporalidade está presente, levando o migrante a viver concomitantemente em dois mundos, esperando realizar seus sonhos e objetivos importantes em “outro e não neste lugar”.

REFERÊNCIAS

- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: Um Panorama Histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.) *Emigração e Imigração Internacional no Brasil Contemporâneo*. Campinas: FNUAP, 1995. p. 1-38.
- BAUMAN, Z. *CPFL Cultural e Fronteiras do Pensamento*. Leeds, Inglaterra: 23 de julho de 2011. Entrevista Exclusiva Concedida à Equipe da CPFL Cultura e Fronteiras do Pensamento. (vídeo).
- BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Trad. de M. Àvila, E. L. de Lima Reis e G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CARDOSO, R. C. L. O Papel das Associações Juvenis na Aculturação dos Japoneses. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Orgs.). *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Edusp 1973. p. 317-345.
- CASTELLS, M. *A sociedade em Rede: a era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- CHESNEAUX, J. *Modernidade-Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DEZEM, R. *Matizes do “Amarelo”*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. Trad. de J. A. Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERREIRA, A. S. *Jornalismo Brasileiro do Outro Lado do Mundo*. 2008. 127fls. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - USP, ECA, São Paulo, 2008.
- GALIMBERTTI, P. *O Caminho que o Dekassegui Sonhou*. São Paulo/Londrina: EDUC/FAPESP/UDEL, 2002.

- HANDA, T. *Memórias de um Imigrante Japonês no Brasil*. Trad. de A. Nojiri, T. A. Queiroz. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.
- KAWAMURA, L. A formação do Professor no Japão: Questões Atuais. 2.ed. In: GOERGEN, Pedro; SAVIANI, Demerval. (Orgs.). *A Formação de Professores: A Experiência Internacional sob o Olhar Brasileiro*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- _____. *Para onde vão os Brasileiros?* 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- _____. Redes, Sociales y Culturales de Migrantes Brasileños en la Ruta Brasil-Japón: Movimiento y Permanencia. In: YAMADA, M. (Org.). *Emigración Latinoamericana: Comparación Interregional entre America del Norte, Europa y Japón*. Osaka: The Japan Center for Area Studies (JCAS)/National Museum of Ethnology, 2003. p.407-420.
- _____. Cambios en la Reciente Migración de Brasileños a Japón: Redes Sociales y Culturales. In: XIII CONGRESO INTERNACIONAL DE ALADAA. Bogotá: ALADAA, 23, 24 y 25 marzo de 2011.
- KODAMA, K.; SAKURAI, C. Episódios da Imigração: Um Balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda P. (Orgs.). *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.17-29.
- LATOUCHE, S. *A Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LUYTEN, S.B (Org.). *Cultura Pop Japonesa*. São Paulo: Hedra, 2005.
- LYOTARD, J.F. *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva, [s/d].
- MATTELART, A. *Comunicação Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- OKAMOTO, K. *Education of the Rising Sun: An Introduction to Education in Japan*. Tokyo: Sun Printing, 1992.
- PEREIRA, R. A. *Possessão por Espírito e Inovação Cultural*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão/Massao Ohno, 1992.
- SASAKI, E. M. Redes Sociales de Migrantes Brasileños Descendientes de Japoneses de Maringá para Japón. In: YAMADA, M. (Org.). *Emigración Latinoamericana en Comparación Interregional entre America del Norte, Europa y Japón*. Osaka, The Japan Center for Area Studies (JCAS)/National Museum of Ethnology, 2003. p.421-453.
- SATO, C. A. *O Poder da Cultura Pop Japonesa*. São Paulo: NSP-Hakkosha, 2007.
- SAYAD, A. O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Revista do Migrante*, CEM, Ano XIII, número especial, p.3-32, jan. 2000.
- TANAKA, A. C. Divórcio dos Brasileiros no Japão. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S. (Orgs.). *Cem Anos da Imigração Japonesa*. São Paulo: UNESP, 2008. p.125-136.
- UDEMÓ. *Lei nº. 9394/96*. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: UDEMÓ, 1997.